



Índice

- 01** Azambuja autorizará construção de casas para quilombola
- 02** Projeto forma professores indígenas em Rondônia
- 03** Índios isolados da Amazônia 'cercados por madeireiros' fazem contato
- 04** Produtores de RR organizam abertura oficial da colheita do arroz irrigado
- 05** Rondonistas da Univates desenvolvem atividades em Cajapió, no Maranhão
- 06** Operação Carnaval conscientiza comunidades ribeirinhas
- 07** Quilombolas se encontram no Rio de Janeiro: 12 anos e só 112 quilombos titulados, o que fazer?
- 08** Previdência Social brasileira comemora 92 anos
- 09** MPF busca anulação de licenças irregulares para desmatamento no entorno da TI Apinajé
- 10** Lideranças Xavante, Caiapó, Pareci e Mutina se reuniram nesta 3ª com o governador Pedro Taques, no Paiaguás, e apresentaram quatro demandas emergenciais ligadas, principalmente, à infraestrutura
- 11** Índios Yanomami ocupam Secretaria de Saúde Indígena de Boa Vista
- 12** Suicídio e desespero entre os indígenas do Brasil
- 13** Os Retireiros do Araguaia e o reconhecimento de seu território



- 14 Das águas do Madeira, o grito dos ribeirinhos!
- 15 Apesar de decisão por demarcação em MS, comunidade Pacurity está ameaçada de despejo
- 16 Eles não abrem mão das hidrelétricas, mas nós não abrimos mão do rio Tapajós
- 17 Unir reserva vagas para indígenas ingressarem em curso superior em atendimento a recomendação do MPF
- 18 Conhecimento tradicional já não é suficiente, diz líder indígena de Roraima
- 19 Unir reserva vagas para indígenas ingressarem em curso superior
- 20 Indígenas usam tecnologia para preservar a floresta
- 21 Lideranças indígenas destacam estreitamento de relações
- 22 População indígena na Bahia cria rádio para valorizar cultura local
- 23 Defensores públicos fazem mutirão para orientar atingidos por Belo Monte
- 24 AGU em Roraima pede à Justiça retirada de índios Yanomami da Sesai
- 25 Ministro da Pesca vai lançar plano de sanidade aquícola no MT
- 26 "Fortalecer a nossa união, cultura, direito e autonomia", tema da 44ª Assembleia Geral os Povos Indígenas de Roraima de 2015
- 27 Pesquisador alerta para a mortandade de toneladas de peixes na UHE Teles Pires
- 28 Reinaldo autoriza construção de casas para quilombolas
- 29 TJPB propõe parcerias com Entidades para garantir proteção e direitos à criança e ao adolescente



Boletim de Notícias - Edição nº 11/ 2015

Brasília, 21 de janeiro de 2015.

30 [Indígena é suspeito de matar a própria mulher e ferir bebê no Tocantins](#)



Azambuja autorizará construção de casas para quilombola

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 20.01.2015

A solenidade ocorrerá durante a abertura oficial do Showtec 2015

O governador Reinaldo Azambuja assina, nesta quarta-feira (21), contrato para a construção de 23 unidades habitacionais que vão beneficiar a Comunidade Quilombola São Miguel, localizada em Maracaju. A solenidade ocorrerá durante a abertura oficial do Showtec 2015.

O convênio do Programa Nacional de Habitação Rural será firmado com o superintendente regional da Caixa Econômica Federal em Mato Grosso do Sul, Paulo Antunes de Siqueira.

Com investimento total de R\$ 724,5 mil, sendo R\$ 46 mil de contrapartida estadual, cada casa popular terá 44,54m² distribuídos em dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço coberta.

A solenidade de assinatura do contrato para a construção das 23 unidades habitacionais ocorrerá às 9h, desta quarta-feira (21), no Parque de Exposições Libório Ferreira de Souza, em Maracaju, durante a abertura oficial do 19ª edição do Showtec.



Projeto forma professores indígenas em Rondônia

SÍTIO PORTAL EBC, 20.01.2015

Maíra Heinen

Em Rondônia, um projeto tem formado professores indígenas de todas as etnias do estado para dar aulas nas comunidades.

O projeto Açaí tem duração de 3 anos e já está na terceira edição, que começou neste mês de janeiro.

Em 2015, 120 futuros professores dos 54 diferentes povos do estado estão matriculados. Os profissionais formados ficam aptos a ministrar aulas para educação infantil e do primeiro ao 5º ano do ensino fundamental.

Realizado em Presidente Médici, interior de Rondônia, o curso tem oito fases e busca a formação para atuação intercultural e histórica na própria etnia.

O coordenador de Educação Indígena da Secretaria de Educação de Rondônia, Flávio Gonçalves, explica a importância da atuação desses novos professores nas aldeias.

Uma das modalidades obrigatórias do projeto é o aprendizado da língua materna. A disciplina se baseia na preservação do universo sociocultural de cada povo. As aulas são bilíngues e, geralmente, ministradas por professores indígenas.

Em 2014, 136 professores se formaram pelo projeto, que possui recursos federais, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e é executado em parceria com o governo do estado.



Índios isolados da Amazônia 'cercados por madeireiros' fazem contato

SÍTIO AGORA MS, 21.01.2015

Três índios Awá isolados fizeram contato com uma comunidade Awá assentada no nordeste da floresta amazônica do Brasil.

Relata-se que Amakaria, a líder do grupo, e vários parentes, foram contatados por uma equipe do governo brasileiro há algumas décadas, mas decidiram voltar a viver uma vida isolada na floresta.

Não está claro por que o grupo fez contato agora. No entanto, uma mulher Awá já contatada disse à ONG CIMI: "Eles estavam cercados por madeireiros. Lá perto deles, ouvimos som tocando, muito barulho de motosserra, trator abrindo trilhas para puxar madeira e muitas árvores marcadas para ainda serem derrubadas. Então, dissemos: 'Vamos com a gente, senão os madeireiros vão matar vocês'. Aí, eles vieram com a gente."

Os Awá isolados, que numeram cerca de 100 em total, estão em risco de extinção. Eles podem ser dizimados pela violência de estranhos que roubam suas terras e recursos, e por doenças como a gripe e o sarampo aos quais não têm resistência.

Desde a descoberta de minério de ferro na região na década de 1970 e o consequente Projeto Grande Carajás, um projeto de desenvolvimento financiado pelo Banco Mundial, os Awá têm enfrentado uma invasão maciça de sua floresta. Madeireiros ilegais, colonos e fazendeiros se mudaram para dentro da terra dos Awá. Muitos Awá foram baleados por madeireiros enquanto caçavam.

Vale, a empresa que dirige a enorme mina Carajás perto dos territórios dos Awá, está expandindo uma estrada de ferro que faz fronteira com sua terra. Os Awá são contra o projeto e dizem que o barulho maior vindo da ferrovia irá assustar a caça da qual dependem para sobreviver e aumentará o número de invasores na sua floresta.

Em janeiro de 2014, o governo brasileiro lançou uma grande operação para expulsar os madeireiros e fazendeiros ilegais do território central dos Awá, na sequência de uma campanha internacional liderada pela Survival International, o movimento global pelos direitos dos povos indígenas.

A operação marcou um grande sucesso, mas o governo brasileiro, desde então, não tem implementado plenamente um plano de proteção de longo prazo para o território, arriscando o retorno dos madeireiros. Survival está pressionando o Ministério da Justiça para proteger a terra urgentemente, e para remover os madeireiros dos outros territórios onde vivem índios Awá, incluindo a área onde Amakaria e seus parentes fizeram contato.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 11/ 2015

Brasília, 21 de janeiro de 2015.

O diretor da Survival, Stephen Corry, disse hoje: "Todas as tribos isoladas enfrentam a catástrofe, a não ser que suas terras sejam protegidas, e a história de Amakaria é prova de que os Awá isolados estão vivendo no fio da navalha. Em 2014, a campanha global pressionou o Brasil para expulsar os madeireiros da terra Awá, mas é vital que o trabalho não parar. Para que os Awá isolados tenham uma possibilidade de sobreviver, sua terra deve ser devidamente protegida."

Assessoria Survival International.



Produtores de RR organizam abertura oficial da colheita do arroz irrigado

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 21.01.2015

*Demarcação da Terra Indígena causou impacto negativo na produção.
Produção do grão irrigado chega a 12 mil hectares em todo o estado.*

Com 12 mil hectares de produção de arroz irrigado e com a expectativa de colher 84 mil toneladas do grão, será realizada neste sábado (24) a Abertura Oficial da Colheita de Arroz em Roraima - Safra 2014/2015. O evento será na fazenda São Lourenço, localizada no município de Bonfim, região leste do estado. A programação inicia na sexta-feira (23), com a palestra técnica 'Manejo de Arroz e Alta Produtividade'.

A palestra será ministrada pelo mestre em agronomia, Direu Neri Grassen, e ocorrerá às 19h no auditório do SENAR/RR, localizado na Avenida Major Williams, no bairro São Francisco, zona Norte da cidade.

De acordo com o presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima Genor Faccio, a proposta do evento é estimular os produtores rurais e mostrar como está a produção de arroz. "Vamos debater sobre as novas tecnologias utilizadas no processo de produção e as novidades para o setor", disse.

Faccio fez um balanço sobre o processo de desenvolvimento do setor no estado, que atualmente exporta em média 70% para o Amazonas, desde a demarcação das Terras Indígenas. Ele lembra que antes de 2009 a produção de arroz irrigado ultrapassava os 20 mil hectares em Roraima e a partir da demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, foi registrada uma queda significativa.

"Nós passamos a plantar 9 mil hectares de arroz irrigado. Mas ao longo do tempo já estamos conseguindo plantar 12 mil hectares, que é o que representa a produção de arroz hoje no estado", disse o presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima, informando que a atividade gera em torno de 600 empregos diretos na região e que as 84 mil toneladas de arroz em casca alimentam cerca de 1,3 milhão de pessoas.

Ele destacou que o processo de produção é bastante lento se comparado a outras culturas. "Ainda estamos 'engatinhando', pois este tipo de produção é muito exigente quanto a infraestrutura, energia elétrica, canais, pontes, estradas e sistema de irrigação", explicou Faccio, acrescentando que as áreas destinadas para o arroz irrigado são limitadas, devido a necessidade de ser plana, com terreno argiloso e próximo de rio, para fazer a irrigação.

Segundo o presidente, o arroz é a cultura que mais produz em grãos no estado, mas ele destaca que os produtores são conscientes de que a soja é a cultura mais forte em Roraima. "Tanto é que os produtores de arroz estão migrando para a soja em decorrência da quantidade de área disponível para o cultivo", informou Faccio, narrando que a produção de arroz é lenta mais funciona.

Rondonistas da Univates desenvolvem atividades em Cajapió, no Maranhão
SÍTIO PORTAL GAZ, 21.01.2015

Equipe formada por oito alunos e dois professores participa da Operação Jenipapo



Atividades são desenvolvidas com estudantes, professores, funcionários da biblioteca e do hospital da cidade, além da comunidade em geral
Foto: Tiago Segabinazzi

Após dois dias de ambientação em São Luís, a equipe de estudantes da Univates que participa da Operação Jenipapo do Projeto Rondon 2015 está, desde a noite de domingo, 18, em Cajapió. A cidade maranhense também recebe o trabalho voluntário de um grupo da Faculdade de Medicina de Jundiaí. Alojados em uma escola municipal, os vinte rondonistas realizam ações em conjunto, além do previsto no projeto.

O roteiro de atividades dos acadêmicos da Univates foi reorganizado a partir das demandas dos moradores e das circunstâncias encontradas no município. Até o final da semana, a equipe desenvolverá atividades na sede de Cajapió. Na próxima semana, durante o dia, as comunidades do interior serão visitadas, e à noite, serão oferecidas oficinas, novamente, na cidade. Nos primeiros dias da estadia em Cajapió, que vai até o dia 3 de fevereiro, os alunos realizaram atividades para os interessados da comunidade, professores, alunos de Ensino Fundamental e Médio e funcionários da biblioteca e do hospital da cidade. Foram realizadas palestras sobre empreendedorismo, qualidade da água, ioga e artesanato.

Os alunos de Engenharia Ambiental Marildo Guerino e Fábio Secchi e a aluna de Ciências Biológicas Luana Salvi ministraram palestras sobre meio ambiente, compostagem, resíduos marítimos, plantas medicinais e saneamento básico. Foi construída uma horta comunitária em uma escola e ensinada a técnica de compostagem.

Nos dias 22 e 23, os estudantes da Univates se dividirão em dois grupos de quatro alunos e um professor: um deles visitará o Quilombo da Picadas e o outro permanecerá com atividades na cidade. Na comunidade quilombola, serão oferecidas orientações sobre hortas comunitárias, saneamento básico, empreendedorismo e cooperativismo, fertilidade e manejo do solo, comunicação e orientações sobre saúde. O retorno está previsto para o dia 3 de fevereiro.

Operação Carnaval conscientiza comunidades ribeirinhas

SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 21.01.2015

A partir de segunda-feira (26) Rondônia iniciará a Operação Carnaval Disque 100, pelo fim da violência contra crianças e adolescentes. O governo estadual liberou o barco da Secretaria de Assistência Social (SEAS) para percorrer comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira no trabalho de conscientização da população sobre a incidência dessas práticas em Rondônia.

Diversos representantes dos poderes públicos participarão da operação, sobretudo, protegendo-os e ensinando ribeirinhos a respeito das maneiras como podem denunciar atos de violência contra crianças e adolescentes: discando 100.



Autoridades irão ao Baixo Madeira no barco da SEAS

O barco percorrerá o Baixo Madeira com equipe formada pelo Governo Estadual e por integrantes da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. A Rede anda de mãos dadas com o Governo. É composta por diversas instituições públicas e ONGs da Capital rondoniense.

A Operação Carnaval deste ano chega com uma novidade: além dos trabalhos do Disque 100, organizadores têm parceria com o Hemocentro Estadual, buscando garantir o estoque de sangue para os dias de folia. A partir de agora e ao longo das próximas semanas a campanha abordará temas relativos aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

“Proteção é prioridade do Governo de Rondônia e para que esse direito seja garantido a SEAS

CONT.



atende às determinações constitucionais”, afirma o secretário Márcio Félix. Segundo ele, é preciso compartilhar essa prioridade entre Estado e sociedade, incluindo aí o importante papel da família. “Fazemos tudo para protegê-los. Nossas ações estão focadas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse trabalho do barco será fundamental para coibir a violação desse direito”, explica o secretário.

Marcio ainda reforça essa parceria entre as Secretarias Estaduais. “Nos unimos e fortalecemos ainda mais os trabalhos. É o caso do Hemocentro, que a partir de agora, estará em todos os nossos materiais publicitários. Faz parte dos direitos humanos garantir sangue para os dias de folia”, enfatizou.

Operação Disque 100

Na próxima sexta-feira (24), às 9h, o Governo de Rondônia participará do lançamento da camiseta da Banda do Vai Quem Quer, o maior bloco carnavalesco da região norte do País. Essa parceria reforça os trabalhos de responsabilidade social que o Estado já executa. O bloco distribuirá o material da campanha para os foliões e conscientizará a todos sobre o combate do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, e também as doações de sangue para os dias de folia.

A partir da 17 h de domingo (25) haverá grande mobilização no Espaço Alternativo. Nessa oportunidade, cidadãos poderão usar fantasias diferentes e boas – fantasias de solidariedade.

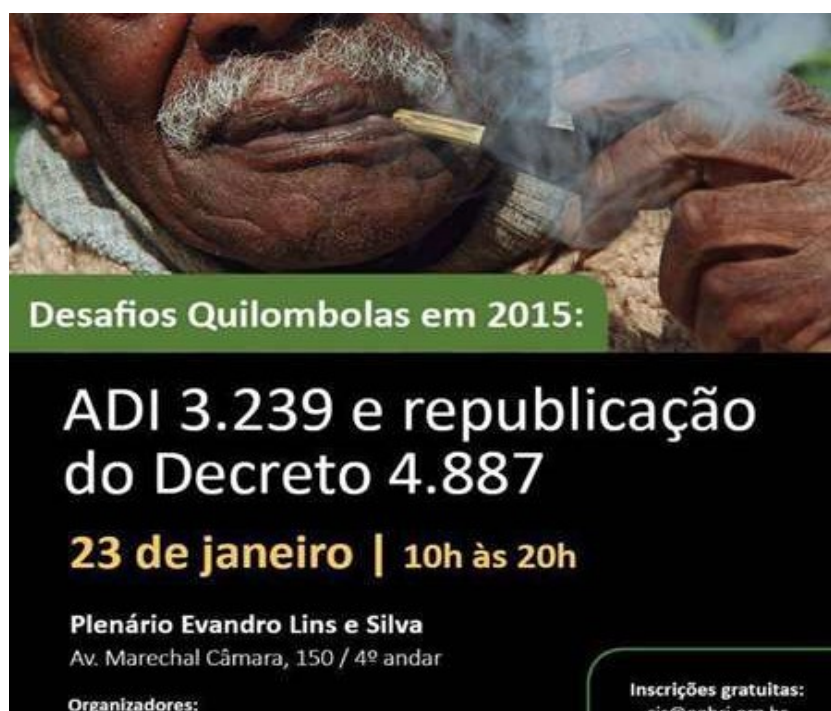


Boletim de Notícias - Edição nº 11/ 2015

Brasília, 21 de janeiro de 2015.

Quilombolas se encontram no Rio de Janeiro: 12 anos e só 112 quilombos titulados, o que fazer?

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.01.2015



Mamapress

Um grupo de quilombolas da Frente Quilombola convocou para a próxima sexta-feira, 23 de janeiro, às 10h, uma reunião nacional, na OAB-RJ (Av. Marechal Câmara, 150 – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20020-080 – Fones: (21) 2730-6525 / (21) 2272-6150), para discutirem a atual situação dos quilombos e quilombolas no Brasil.

Segundo relatório do Governo Federal de maio, 2014, apenas 207 das 2197 comunidades foram reconhecidas até então. O que dificulta em muito o atendimento aos benefícios sociais.

No Brasil 75% dos Quilombolas vivem em extrema pobreza:

Das 80 mil famílias quilombolas do Cadastro Único, a base de dados para programas sociais,

CONT.



74,73% ainda viviam em situação de extrema pobreza em janeiro deste ano, segundo o estudo do programa Brasil Quilombola, lançado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Entre cadastrados ou não, os quilombolas somam oficialmente, 1,17 milhões de pessoas e 214 mil famílias.

“A questão básica para nós é a titulação da terra, sem ela não somos ninguém, não somos nada”, afirma José Antônio Ventura, quilombola da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas e um dos puxadores da reunião que irá acontecer. Segundo os quilombolas até agora só 112 quilombos receberam o título que legaliza as suas terras

Ao contrário dos Povos Indígenas, que mal ou bem tem a Funai para centralizar suas demandas, e contam com visibilidade e apoio nacional e internacional em suas demandas. Os quilombolas precisam percorrer um tortuoso caminho, por no mínimo 11 ministérios, secretarias e fundações à nível de ministérios, governos estaduais e municipais, além dos donos de terra no parlamento, para conseguirem o “PAPEL DE DONOS DE SUAS TERRAS”.

Os latifundiários e os fazendeiros do agronegócio, contam com a força do dinheiro representados na CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). Quilombolas dependem do favor de Ongs e apoiadores individuais, e principalmente do movimento negro, do qual eles fazem parte, para conseguir um mínimo para a sua sobrevivência.

Ação de Inconstitucionalidade de 2004 (Adin 3239/2004), impetrada pelo DEM, comandado à época pelo senador corrupto e associado à máfia Demóstenes Torres, praticamente paralisou a titulação dos quilombos no Brasil desde então. O ex-senador corrupto, com sua iniciativa, colocou em dúvida a própria existência dos quilombos.

A ascensão da ex-presidente do CNA, Kátia Abreu para o posto de ministra da agricultura no novo governo Dilma, acendeu as luzes de alarme no meio quilombola. Apesar das várias organizações de defesa dos quilombolas já existentes, sentem a necessidade de criarem uma organização que tenha junto ao governo brasileiro, à OIT e outros organismos internacionais o mesmo peso que tem as organizações dos grandes donos de terra.

O encontro promete ter discussões políticas acirradas, sobre os prós e os contra de tal iniciativa. [Veja Manifesto da Frente Nacional Quilombola](#).

Nós da Rede Radio Mamaterra e da Quigeral, desejamos que este encontro ajude aos quilombolas a saírem da invisibilidade que os mantém na extrema miséria e sem serem ouvidos pelos governos Federal, Estaduais e Municipais.

Torcemos para os quilombolas consolidem o protagonismo de suas lutas e que junto com seus apoiadores, cheguem a um consenso de como levar adiante a luta pelos títulos de suas terras, valorização e reconhecimento de suas culturas ancestrais.



Previdência Social brasileira comemora 92 anos

SÍTIO PORTAL BRASIL, 21.01.2015

Durante todo o seu período de existência, o órgão assistencial procurou melhorar o relacionamento com a população. Sempre se ajustando às necessidades de cada região brasileira

Por Portal Brasil

No próximo dia 24 de janeiro, a Previdência Social Brasileira completa 92 anos. Durante todo o seu período de existência, o órgão de assistência ao cidadão procurou melhorar a forma de atendimento à população. Sempre se ajustando às necessidades de cada região brasileira.

Um exemplo disso é o PREVBarco de Santarém (PA), que realizou 12,2 mil atendimentos a ribeirinhos em 2014.

No período, foram atendidas comunidades ribeirinhas nas calhas dos rios Amazonas, Tapajós, Xingu, Arapiuns, Nhamundá, Ururá e Trombetas.

O PREVBarco realizou nove viagens para as localidades de Vila Curuai, Vila Socorro, São Miguel, São Pedro, Monte Alegre, Óbidos, Juruti, Faro, Terra Santa, Cachoeira Porteira, Oriximiná, Boa Vista do Cuçari, Santa Maria do Uruará, Senador José Porfírio, Almeirim, Prainha, Aveiro, Brasília Legal, Parauá e Boim.

Segundo a gerente do PREVBarco Santarém, Anne Guedes, os benefícios mais procurados durante as viagens são o salário-maternidade e a aposentadoria por idade rural.

A maior demanda é de segurados especiais, que são os agricultores e indígenas que produzem em regime de economia familiar, os pescadores artesanais, entre outros.

Para 2015, o cronograma do PREVBarco Santarém começa no dia 18 de fevereiro. Até o dia 21 de março serão visitadas as localidades de Santa Maria Uruará, Senador José Porfírio, Prainha e Monte Alegre.

A segunda viagem será realizada entre os dias 29 de março e 16 de maio. No período, serão atendidas as localidades de Oriximiná, Juruti, Óbidos, Vila Curuai e Vila Socorro.

Já Aveiro, Santa Maria do Uruará, Almeirim, Prainha e Monte Alegre serão atendidos entre 24 de maio e 4 de julho. Em seguida, Oriximiná, Faro, Terra Santa, Juruti e Óbidos recebem o PREVBarco entre 12 de julho e 29 de agosto.

CONT.



A quinta viagem, entre 7 de setembro e 17 de outubro será realizada para as localidades de Aveiro, Almeirim, Senador José Porfírio, Prainha e Monte Alegre.

Oriximiná, Juruti e Óbidos serão visitados, mais uma vez, entre 25 de outubro e 5 de dezembro. Para encerrar o ano, o PREVBarco Santarém visita Monte Alegre entre 13 e 19 de dezembro.

Central 135

Além do PREVBarco, outro canal de atendimento da Previdência Social é a Central 135. Em 2014, o centro de atendimento telefônico do órgão registrou 56 milhões de chamadas.

O funcionamento da Central 135 junto com o agendamento eletrônico permitiu ao segurado marcar dia e hora para ser atendido sem sair de casa. Desse modo, as longas filas nas portas das agências espalhadas por todo o País não existem mais.

Hoje, a Central 135 realiza, em média, 4,7 milhões de atendimentos por mês. Entre os serviços mais procurados pelos cidadãos que ligam para o 135, estão a procura por informações gerais sobre: a situação do benefício, o preenchimento da guia de pagamento, a data da perícia agendada, entre outros serviços.

As demais demandas requeridas pelos cidadãos se referem à marcação de perícia, à inscrição na Previdência Social, a manifestações junto à Ouvidoria-Geral da Previdência Social, além de outros serviços, como emissão de certidões e atualização de endereço.

A Central 135 funciona, de segunda a sábado, das 8h às 23h nos estados que adotaram o horário de verão. Nas demais localidades, o horário de atendimento é de 7h da manhã às 22h.

A ligação para o 135 é gratuita, se feita de telefone fixo, e tem o custo de chamada local, se realizada de celular. Aos domingos, a Central 135 funciona apenas para o atendimento eletrônico.

Mutirões

Entre os dias 19 e 24 de janeiro, período que é considerado a Semana da Previdência, os servidores do INSS dos estados das Regiões Norte e Centro-Oeste decidiram comemorar a data levando informações sobre os benefícios e serviços do órgão para a população.

Confira a programação pelos 92 anos da Previdência Social:

Belém (PA)

Nesta quarta-feira (21), será promovida palestra sobre os benefícios da Previdência Social na

CONT.



sede do Jornal O Liberal. No dia 23, será montado um estande de informações na Feira do Barreiro, com equipes do Programa de Educação Previdenciária (PEP).

Cuiabá (MT)

A semana, que começou com o hasteamento de bandeiras na sede da Gerência-Executiva, será marcada por várias solenidades e ações de orientação e informação para os segurados.

Equipes do INSS vão estar junto aos segurados no Ganha Tempo, na Feira do Porto, no Sindicato de Trabalhadores Rurais e na Colônia de Pescadores Z1.

Também foram programadas confraternizações e atividades voltadas para o Qualidade de Vida no Trabalho para os servidores. Também participam das atividades as Agências Cuiabá-CPA, Várzea Grande, Coxipó e Batista das Neves.

Sinop (MT)

Servidores da Gerência-Executiva vão preparar um bolo para comemorar os 92 anos da Previdência Social junto aos segurados.

Manaus (AM)

A semana começa com servidores do PEP fazendo palestras e ações de panfletagem sobre os direitos e deveres dos jovens para com a Previdência Social, seguido de um lanche.

Nesta quarta-feira (21), servidores da Unidade de Reabilitação Profissional promovem ações em parceria com empresas do Estado para oferecer vagas aos segurados que participam do programa de Reabilitação do INSS.

Na sexta-feira 23, servidores da Agência Manaus Porto comemoram a data com um café da manhã com os segurados que estiverem sendo atendidos no local.

Porto Velho (RO)

A semana começa com palestras do PEP na Feira dos Empreendedores. Na terça-feira, 20, o PEP orientou os segurados no Shopping do Cidadão.

Nesta quarta-feira (21), a equipe vai para a Rodoviária e para o Sebrae. Na quinta-feira(22), haverá orientação e informação na Feira dos Produtores Rurais e no Mercado Central.

Palmas (TO)

A programação envolverá ações na mídia em emissoras de rádio e TV com o objetivo de levar informações sobre o atendimento do INSS, com ênfase nos critérios para concessão de benefícios e nos mecanismos de atendimento remoto pelo telefone 135 e pela internet.

Norte/Centro-Oeste ganhou nove novas unidades do INSS

Além dos mutirões que estão sendo realizados durante a semana comemorativa, as regiões

CONT.



Norte e Centro-Oeste receberam mais nove Agências da Previdência Social (APS) em 2014.

Segundo o superintendente da Regional Norte/Centro-Oeste, André Fidelis, agora, a área de abrangência da Superintendência Regional Norte/Centro-Oeste (SR-V) conta com 256 APS em 10 estados. Elas são administradas por meio de 17 Gerências-Executivas (Gex), com seis mil servidores.

No âmbito da Gex Campo Grande (MS), foram entregues à população as APS Miranda, que também atende a população de Bodoquena, e Rio Verde do Mato Grosso.

Na Gex Dourados (MS), passaram a funcionar as APS Iguatemi, que também abrange Tacuru, e a APS Mundo Novo, responsável também pelos segurados de Eldorado.

Já a Gex Distrito Federal inaugurou as APS Santo Antônio do Descoberto e Cidade Ocidental. No Amazonas, a Gex Manaus entregou à população as APS Iranduba e Boca do Acre, esta última também responsável pela população de Pauim. A população do Acre também ganhou mais uma APS, em Sena Madureira.

Em 2015 estão previstas a inauguração de mais 30 Agências na área de abrangência da Superintendência Regional Norte/Centro-Oeste do INSS.

As novas unidades de atendimento fazem parte do Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX), programa que tem como objetivo a implantação de 720 Agências da Previdência Social (APS) em todo o país, em municípios que possuem mais de 20 mil habitantes e não contam com uma unidade fixa do INSS.

A intenção é aproximar a Previdência Social dos cidadãos, evitando que os segurados percorram grandes distâncias para ter acesso a todos os serviços previdenciários.

"Nosso trabalho na rede de atendimento se divide em duas frentes... A ampliação da rede, por intermédio do PEX, para instalação de unidades onde não há agências fixas, é uma dessas frentes", explica Fidelis.

"A outra trata das obras de reforma, melhoria e construção de novas sedes para unidades de atendimento que já existem e têm servidores lotados, como, por exemplo, as agências que ocupam prédios alugados e devem passar a funcionar em prédios próprios", complementa André.

Fonte: Blog da Previdência.



MPF busca anulação de licenças irregulares para desmatamento no entorno da TI Apinajé

SÍTIO CIMI, 21.01.2015

Fonte da notícia: Associação União das Aldeias Apinajé

A Associação União das Aldeias Apinajé (PEMPXÀ) divulgou carta nessa terça-feira (20) sobre as medidas adotadas pelo Ministério Público Federal (MPF) no Tocantins para providenciar o embargo do empreendimento que promoveu o desmatamento de extensa área no entorno da Terra Indígena Apinajé.

Uma audiência para que o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) esclareça a emissão das licenças foi programada para o início de fevereiro, com participação da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e de indígenas do povo Apinajé e Krahô.

Leia o documento da Associação PEMPXÀ na íntegra:

Às 8h14min da manhã do dia 15/01/15, quinta-feira, ocupamos e impedimos o tráfego na Rodovia TO 210, no município de Tocantinópolis, no Norte do Tocantins. O objetivo do bloqueio desta rodovia foi chamar atenção da Fundação Nacional do Índio (Funai), e do Ministério Público Federal (MPF) para os vícios e o não cumprimento dos Termos do Certificado do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da Autorização De Exploração Florestal (AEF), emitidas pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), em favor de Eloísio Flávio Andrade, proprietário de dois imóveis, ambos conhecidos como fazenda Góes I, localizadas nas proximidades da aldeia São José.

Nas citadas licenças emitidas pelo Naturatins constam, como atividade principal a pecuária, entretanto verificamos grandes áreas de cerrado sendo totalmente desmatadas e nascentes de águas ameaçadas. Para aumentar nosso receio, insegurança e preocupação, pessoas que trabalhavam no local afirmaram que essa área desmatada seria mesmo destinada ao plantio de eucaliptos.

Ressaltamos que essa área desmatada é parte de nosso território tradicional que ficou de fora da área demarcada por Decreto Presidencial em 14 de fevereiro de 1985. Diante da gravidade da situação, desde início das atividades em setembro de 2014, tentamos articular Funai, o Naturatins, o Ibama e o MPF-AGA para o diálogo, e não obtivemos êxito. De nossa parte também procuramos resolver a questão pela via do documento e da denúncia, o que não foi possível.

CONT.

No dia 15/01/15, logo após o bloqueio da rodovia TO 126 divulgamos a Carta Aberta Do Povo Apinajé à Sociedade <http://uniaodasaldeiasapinaje.blogspot.com.br/2015/01/mobilizacao.html>. Ainda na manhã do dia 15/01/15 Dra. Ludmila Vieira de Souza Mota, procuradora do MPF-AGA, nos informou por telefone que estava saindo de Araguaína -TO, rumo a área Apinajé para uma reunião com as lideranças, e também fazer uma visita ao local do desmatamento.



Às 13h20min, na aldeia Prata, a Dra. Ludmila teve uma rápida conversa com a comissão de lideranças Apinajé, e logo em seguida acompanhada por servidores da Funai e por membros desta associação dirigiu se ao local do desmatamento. A procuradora também visitou a aldeia São José, uma das aldeias mais próximas do desmatamento. Nesta tarde ocorreu também uma rápida conversa entre o MPF-AGA, os Fiscais do Naturatins, servidores da Funai e membros da Associação PEMPXÁ.

Na ocasião a Dra. Ludmila questionou a atitude do Naturatins ao emitir licenças para desmatar sem fazer vistorias desses locais. Em razão da irregularidade verificada a procuradora do MPF-AGA recomendou a imediata autuação e embargo do empreendimento, e indagou da representante do Órgão Ambiental do Tocantins, o que fazer agora com essa grande extensão de terra desmatada? E quem vai reflorestar? A procuradora afirmou que o MPF-AGA vai realizar uma Audiência Pública para que o Naturatins explique como são emitidas essas Licenças Ambientais no entorno das Terras Indígenas.

De volta ao local do bloqueio da TO 210, a procuradora relatou para os Apinajé o que viu, e as providências adotadas pelo MPF-AGA e o Naturatins para embargar o desmatamento. A

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 11/ 2015

Brasília, 21 de janeiro de 2015.

procuradora também pediu aos manifestantes que desbloqueassem a rodovia. Afirmamos que ficaríamos aguardando o documento oficializando o embargo do empreendimento, e que ao recebermos a confirmação, desocuparíamos a rodovia.

Na sexta-feira, dia 16/01, às 14h20min, recebemos o documento do Naturatins, oficializando o embargo do desmatamento, nesta mesma tarde a rodovia foi desbloqueada. A partir de agora estaremos cobrando também da Funai/BSB, urgência na regularização fundiária desta parte da área em questão.

O Ministério Público Federal/MPF-AGA, marcou para o dia 5/02/15, uma Audiência Pública com participação de lideranças Apinajé e Krahô, Funai e Naturatins, para que este órgão possa explicar como funciona de fato o Processo de Licenciamento Ambiental. A mencionada Audiência Pública será realizada no auditório do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE-TO) em Tocantinópolis-TO.

Aldeia São José, 20 de janeiro de 2015.

Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ.

Lideranças Xavante, Caiapó, Pareci e Mutina se reuniram nesta 3ª com o governador Pedro Taques, no Paiaçu, e apresentaram quatro demandas emergenciais ligadas, principalmente, à infraestrutura
SÍTIO O DOCUMENTO, 21.01.2015



Foto: José Medeiros

Um cronograma de reuniões individuais com cada etnia foi proposto pelo governador, para receber as solicitações específicas de cada grupo. Os líderes destacaram a importância desse estreitamento na relação entre poder executivo e a comunidade indígena, ainda mais no início de gestão. (Na foto, Taques e Raoni Metuktire, líder dos Caiapó).

Índios Yanomami ocupam Secretaria de Saúde Indígena de Boa Vista

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.01.2015

Manifestação cobra melhorias no atendimento de saúde. Apesar de armados, indígenas garantem que ocupação é pacífica



Repórter Amazônia

Índios Yanomami ocupam, desde a noite de segunda-feira (19), o prédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) na capital de Roraima, Boa Vista. Apesar de estarem munidos de arcos e flechas, os índios afirmam que a manifestação é pacífica.

Eles exigem a exoneração da coordenadora do Distrito de Saúde Indígena Yanomami, Maria de Jesus do Nascimento. Em todo o estado, são mais de 300 comunidades Yanomami e 37 pólos-base para a assistência à saúde.

Mas, segundo a liderança Júnior Hekurari Yanomami, falta de tudo um pouco para as comunidades. Hekurari denuncia, ainda, o alto índice de mortes entre os Yanomami, inclusive entre os internados na Casa de Saúde Indígena (CASAI). O líder indígena afirma que já encaminhou as demandas do povo à Sesai, em Brasília.

Por telefone, a assessoria do Ministério da Saúde informou que está em contato com os indígenas para entender os motivos da manifestação e, só após conversar com os índios, vai tomar uma decisão em relação à coordenadora do Distrito.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 11/ 2015

Brasília, 21 de janeiro de 2015.

No ano passado, uma manifestação semelhante derrubou a então coordenadora, Joana Claudete. Logo após, assumiu a atual chefe do Distrito, Maria de Jesus.

Foto: Índios Yanomami

Suicídio e desespero entre os indígenas do Brasil

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.01.2015



Muitos jovens indígenas estão encontrando uma maneira definitiva de escapar do desespero: o suicídio. Por trás dessa tendência perturbadora estão os conflitos por terra. A reportagem é da TV ONU.

[Assista ao vídeo.](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 11/ 2015

Brasília, 21 de janeiro de 2015.

Os Retireiros do Araguaia e o reconhecimento de seu território

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.01.2015

Portal Ypadê

Rubem Taverny Sales, representante dos Retireiros do Araguaia na Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), e Wilson Rocha de Assis, procurador da República do Ministério Público Federal (MPF) em Barra do Garças (Mato Grosso), falam sobre quem são esse povo que vive às margens do rio Araguaia, região entre Mato Grosso e Tocantins. E comentam sobre a luta pelo reconhecimento do território tradicional.

Recentemente, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) reconheceu, por meio da portaria 294/2014, o domínio público de uma área do Vale do Araguaia, com mais de 1,6 milhões de hectares entre MT e TO. Na entrevista, o procurador da República comenta sobre a conquista e lembra que o direito territorial dos Retireiros poderá ter maior garantia quando se consolidar uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) na região.

[Escute o áudio.](#)

Das águas do Madeira, o grito dos ribeirinhos!
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.01.2015

CPT/RO

No Baixo Madeira tem gente! Na beira do Rio tem vida! Ao contrário do que é ensinado na escola, que negligencia a história da existência dos povos ribeirinhos no estado de Rondônia e sua realidade. Lá pode-se encontrar uma cultura, um modo de vida constituído através dos conhecimentos ancestrais, que perpassam de geração em geração e vão para além da educação formal garantindo o sentimento de pertença territorial e cultural.

As comunidades ribeirinhas, são produtoras de parte significativa da produção agrícola do município de Porto Velho/RO. Afinal, de onde vem a farinha, o peixe, o açaí, a banana, a macaxeira, a melancia que abastece o mercado da Capital? Extrativistas, pescadores, agricultores de várzeas, são eles exemplos de que é possível produzir, viver e conviver com a natureza, numa relação produtiva que não agride e nem destrói, mas garante a preservação da Amazônia e a vida do Rio.



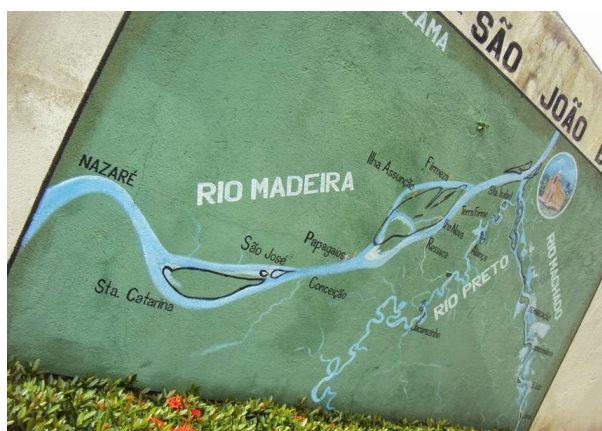
No grupo musical Minhas Raízes, do Distrito de Nazaré, a resistência cultural manifesta em arte, e das marcas deixadas por Seu Manoel, o desejo de que se preserve a Amazônia.

CONT.

Desde a busca ao ouro, passando pelos ciclos da borracha, a extração da madeira e a invasão da pecuária extensiva até o hidronegócio, esses povos vêm sofrendo agressões ao seu modo de vida e silenciosamente sendo expulsos, sem direitos e perspectivas. Com a Construção das Usinas de Jirau e Santo Antônio, são mais uma vez afetados, tendo em vista a mudança da dinâmica do Rio com grande cheia, alterando o jeito de viver, destruindo florestas, plantações, casas, comunidades inteiras.

Os ribeirinhos relatam que a vegetação da beira do Rio foi alterada com a cheia, primeiro restou um deserto, e agora plantas diferentes invadem o rio. Do açai da beira do rio pouco restou. Os jornais noticiam a mortandade de peixes que devido às barragens não conseguiram subir o rio para o processo natural de desova.

“A vida do ribeirinho segue o ritmo do rio”, como este foi alterado: as enchentes levaram plantações inteiras e as sementes e mudas perderam-se; sem sementes e sem confiança de que plantando colherão, os ribeirinhos aguardam para entender novamente o rio, o rio que eles conheciam há séculos, o rio que era amigo e provedor, o rio agora preso pela ganância do capital.



O povo ribeirinho segue abandonado, na incerteza de como será, se a enchente virá, se será maior ou menor. Relatam que ninguém apareceu depois da enchente. Se a assistência foi precária durante a cheia, depois dela o povo ficou completamente abandonado, sem informações, sem auxílio. O Estado é omissor: não responsabiliza o empreendimento (Usinas Hidrelétricas) pelas mazelas pelas quais passam os ribeirinhos e não oferece as condições necessárias para permanência, readaptação e reassentamento das comunidades atingidas.

Por outro lado, grande parte da sociedade desconhece a realidade enfrentada pelas populações do Baixo-Madeira. Por que escondem essa gente como se fossem poucos ou nem existissem? OS RIBEIRINHOS EXISTEM E RESISTEM!

Falando das enchentes, um senhor dizia: “Muita gente vem aqui, mas se preocupam mais com animal do que com gente!”

Retirados da área de alagação, a Defesa Civil deixou comunidades inteiras abandonadas à própria sorte. As cestas básicas e água mineral chegam no máximo até os distritos, enquanto isso comunidades seguem bebendo água sem tratamento, direto do Rio Madeira.

CONT.



Ao longo das margens do Rio Madeira, a quase um ano pós enchente, encontram-se famílias morando nas barracas da Defesa Civil, outros nem isso têm. Famílias inteiras vivem em cima de um barco, correndo contra o tempo pra construir uma casinha bem no alto, rezando para que a enchente não seja maior.

Desabrigados, muitas casas destruídas, famílias contam com a solidariedade de quem cedeu parte de sua área de moradia para que outros ali construíssem. A promessa de remoção feita às comunidades de Nazaré e São Carlos até agora não foi cumprida. E o ribeirinho vê o rio subindo, temeroso de uma nova enchente, mas não preparado para ela.

Enquanto empresas e Estado não deram conta nem mesmo dos investimentos como compensação das Usinas, nem foram capazes de reparar os impactos sofridos por inúmeras comunidades, já se estuda a implantação da hidrelétrica de Tabajara no Rio Machado, que novamente irá impactar essas comunidades. A agroindústria para produção de farinha na comunidade de Demarcação, obra realizada como compensação das usinas, além de não estar concluída, foi também atingida pela enchente.

Relatos indicam que muitos não receberam o auxílio de cinco parcelas de R\$500,00 que foi anunciado. Alguns dizem que nem foram cadastrados, outros que embora cadastrados relatam que não receberam regularmente, faltando parcelas.

O processo de expulsão das comunidades ribeirinhas e da invasão do agro e hidronegócio tem sido silencioso. Não temos a dimensão real de quantas famílias já deixaram o Baixo-Madeira após enchente. Comunidades foram se juntando e formando um núcleo único. Conveniente ao Estado que não irá indenizar e nem mesmo reassentar essas tantas famílias que tiveram suas vidas roubadas em nome do progresso, perambulando entre Porto Velho e Humaitá, tornando-se mão de obra disponível para servir aos interesses do capital e serem exploradas em condições desumanas nos centros urbanos.

Comprometidos em contribuir para a permanência dos povos ribeirinhos e a preservação da sua cultura e modo de vida, respeitando e reconhecendo a importância das relações produtivas estabelecidas nessas comunidades, que confirmam a viabilidade e necessidade de construir alternativas de produção pautadas na agroecologia, a partir do conhecimento dos povos. Movimentos e Organizações Sociais desceram o Baixo-Madeira na primeira quinzena de janeiro, visitando comunidades ribeirinhas e dialogando sobre a realidade enfrentada por estas. E vem a público denunciar o descaso do Estado e das empresas responsáveis pelos empreendimentos para com essas comunidades, que novamente poderão ser afetadas pelas cheias e impactadas pela construção da hidrelétrica de Tabajara.

Enquanto isso, aguarda engavetado pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Herculano Martins Nacif, o processo que permitiria a realização de novos Estudos de Impactos Ambientais das obras das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.

CONT.



Movimentos se juntam ao grito que vem das águas e dos povos ribeirinhos para exigir que o Estado e Empresas cumpram as pautas assumidas:

De reposição das áreas produtivas próximas aos rios e lugares que permitam atividades extrativistas, garantam alimentos e água potável;

Para as comunidades onde as novas terras já estão definidas iniciar de imediato o processo de demarcação e construção de casas e das infraestruturas necessárias;

Que seja garantido o processo de diálogo que atenda às necessidades das comunidades e as pautas que venham a ser elencadas por estas. Ainda, se vier a ocorrer uma nova cheia, que seja garantido melhor aparato da Defesa Civil para que as famílias não sofram as mesmas privações da cheia anterior.

Vida e resistência aos povos ribeirinhos!

Água e Energia! Não são Mercadoria!

Assinam:

MAB-Movimento dos Atingidos por Barragens

CPT-Comissão Pastoral da Terra

MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Projeto Pe. Ezequiel Ramin

Apesar de decisão por demarcação em MS, comunidade Pacurity está ameaçada de despejo

SÍTIO CIMI, 21.01.2015



Por Carolina Fasolo, Assessoria de Comunicação – Cimi

A Justiça Federal em Dourados determinou que a União demarque as terras indígenas em Mato Grosso do Sul e pague arrendamento aos fazendeiros que tenham áreas ocupadas por indígenas. Antagonicamente, a mesma subseção judiciária concedeu ordem de reintegração de posse aos herdeiros de uma fazenda que incide sobre a comunidade Pacurity, onde vivem famílias Guarani-Kaiowá desde antes da colonização do estado.

A reintegração parecia inconcebível para o grupo de cerca de 400 indígenas. As famílias, espremidas em 80 hectares entre o que sobrou de mata, a rodovia BR-463 e a plantação da fazenda, ocupam com seus barracos de lona um ínfimo espaço diante do horizonte de soja, onde tentam cultivar espécies como feijão, milho e mandioca. Ali estão antes mesmo do que Bonifácio Reginaldo, liderança e cacique da comunidade, consegue se lembrar.

“Meus avós nasceram e foram enterrados aqui”, diz o homem que, com 74 anos, só saiu do Pacurity quando levado à força para o Reformatório Krenak, espécie de centro de tortura de

CONT.



indígenas na época da ditadura, de onde retornou três anos depois. “Vi e vivi muita coisa bárbara lá. Chamavam de cadeia, mas era um açougue de índios. Os corpos dos que eram ‘abatidos’ levavam para lugares distantes... Consegui sair e fui deixado em Nova Alvorada do Sul, de onde vim a pé pro Pacurity. Quando cheguei aqui de volta o pessoal ficou muito alegre porque eu estava vivo”, lembra.

As motivações para tirarem Bonifácio de sua terra não diferem muito das atuais, mais de 48 anos depois do episódio. “Queriam mandar minha família embora de lá e um fazendeiro na época achou que eu tava atrapalhando... Eles tinham muito poder, eram coronéis mesmo”, explica.

A região que abrange a comunidade, junto com Apyka’i, faz parte da Terra Indígena denominada Dourados-Pegua, com demarcação prevista no Compromisso de Ajustamento de Conduta que a Fundação Nacional do Índio (Funai) firmou com o Ministério Público Federal (MPF) em 2007 e que foi executado judicialmente nessa segunda-feira (19), obrigando a União a demarcar as terras indígenas reivindicadas no estado.

Na contramão dessa decisão, a reintegração foi concedida aos herdeiros da Fazenda São José, propriedade de 260 hectares que tem 127 deles arrendados para o plantio de soja. No processo, a alegação é de que os indígenas são violentos, ameaçam o arrendatário, roubam seus animais e o impedem de plantar. Bonifácio lamenta o fato de que a comunidade não foi ouvida. “Estão decidindo pelo que os fazendeiros disseram lá no papel, mas ninguém conhece nossa história, que nossos antepassados nasceram e morreram aqui. Isso que eu queria explicar certinho pra juíza, queria que ela me ouvisse pra saber o mal que ta fazendo. Essa terra é nossa e nunca saímos, nunca fomos atacar ninguém... estamos aqui e sempre estivemos em paz”.

Em paz, apesar de todos os ataques contra sua sobrevivência e memória. O MPF abriu inquérito em 2005 para investigar Atílio Torraca (proprietário que faleceu em 2012) por um incêndio criminoso que devastou as casas dos indígenas. Em 2013, o MPF constatou que um dos cemitérios indígenas fora destruído “a mando do arrendatário, que queria apagar as provas de que a terra é nossa”, diz Bonifácio. “Mas antes o MPF tinha tirado foto e registrado. Temos ainda outros três cemitérios, mas cuidamos e passamos cerca pra ninguém destruir”.

Assim como na maioria das comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul, direitos básicos como o acesso à água potável ainda é uma realidade distante para os Guarani-Kaiowá em Pacurity. Bonifácio conta que consomem água de um córrego que corta a mata. “O veneno usado na plantação escorre pra lá e eles ainda jogam animais mortos. É perigoso usar a água, as crianças sofrem com diarreia, mas não temos outra opção”.

Hoje as terras do Pacurity já não oferecem aos indígenas a caça farta de antes e o pouco que conseguem plantar, no solo gasto de agrotóxicos, muitas vezes é sabotado por funcionários das fazendas. “Geralmente passam por cima de nosso roçado quando vão colher a soja, esmagando tudo”, diz o indígena Paulo Reginaldo. “Não fazemos nada de mal, somente temos a vida do Guarani-Kaiowá. Por que não querem deixar a gente viver?”.



Boletim de Notícias - Edição nº 11/ 2015

Brasília, 21 de janeiro de 2015.

Eles não abrem mão das hidrelétricas, mas nós não abrimos mão do rio Tapajós
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.01.2015



IHU On-Line

"Para 2015, enquanto a Eletrobrás pensa em acordos espúrios para realizar leilão de construção da barragem, os movimentos sociais organizam uma estratégia de resistência que começará com um grande ato público de sensibilização e resistência no próximo dia 22 de março, dia internacional das águas", escreve Edilberto Sena, coordenador da Comissão Justiça e Paz de Santarém, PA, e membro do Movimento Tapajós Vivo. Eis o artigo

Resistir à destruição dos povos e do rio Tapajós, foi motivo de uma ação político religiosa ocorrida em São Luiz do Tapajós, em novembro passado. Várias caravanas chegadas pelo rio e pelas estradas reuniram cerca de 700 militantes em demonstração dessa resistência ética. Estavam lá, dezenas de Munduruku, dezenas de comunidades ribeirinhas, três bispos da Amazônia, movimentos sociais das cidades tapajônicas, além de cinegrafistas e jornalistas nacionais e internacionais.

O governo Dilma Rousseff por seu lado, continua obstinado em destruir o rio e os povos ali vivendo, para gerar energia mercadológica com hidroelétricas, que ela e seus comandados de ontem e de hoje chamam de energia limpa, ignorando intencionalmente os estudos de cientistas como Philip Fernside do INPA, Célio Bermann da Universidade de São Paulo, entre outros. O governo não revela a mínima intenção de dialogar seriamente com os povos tradicionais a serem afetados pelas hidroelétricas. A qualquer sinal de resistência local, ou pagam empresas sem ética para iludir os comunitários ameaçados, de se cadastrarem para serem compensados, quando as barragens chegarem. Ou enviam militares da força nacional com metralhadoras e helicópteros para ameaçar os resistentes.

CONT.



Um exemplo dessa arbitrariedade governamental é a recente declaração do presidente da Eletrobrás, José da Costa Carvalho, ao jornal Estado de São Paulo (12.01.15). Ele afirma que a Eletrobrás está chegando a um acordo que garanta a construção da hidroelétrica em São Luiz do Tapajós. O tal acordo a que ele se refere, é para realizar o leilão da construção da barragem ainda no primeiro semestre deste ano.

Tal acordo está sendo costurado e tem como parceiros, o IBAMA e a FUNAI. Sem a menor cerimônia ou pudor, o sr. José Carvalho diz textualmente que “temos procurado entendimento com todas as autoridades ambientais, de tal maneira que a gente viabilize esse empreendimento o mais rápido possível...”. Assim, as cinco mil famílias ribeirinhas, os 12 mil Munduruku que vivem nas 110 aldeias da região tapajônica, os movimentos sociais, as igrejas e até as fracas autoridades municipais não foram chamadas ao acordo. Todos estes serão impactados caso as barragens sejam construídas, mas não são parceiros, nem autoridades ambientais para a Eletrobrás.

Nunca antes neste país um governo dito democrático utilizou a mesma lógica das ditaduras militares. Utiliza a arbitrária suspensão de segurança, quando surge um processo legal que tenta mostrar a inviabilidade das hidroelétricas; viola a Constituição Nacional, como foi a Medida Provisória para cortar 10 mil hectares do Parque Nacional da Amazônia; ignora a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, OIT para evitar a consulta prévia aos povos indígenas e ribeirinhos.

Porém o governo federal, com toda sua arrogância e uso de armas, não fará no Tapajós o que fez em outros rios. Uma consciência de respeito ao precioso dom da natureza que é o rio Tapajós e seus povos, está crescendo nas cidades, nas comunidades, nas igrejas e nos movimentos sociais. Como disse o jovem Munduruku – “nós não queremos guerra, mas não aceitamos hidroelétricas que destroem nossas vidas. Só sobre nossos cadáveres eles farão essas barragens.” Também um grande sentimento de resistência está crescendo entre os ribeirinhos, Igreja e movimentos sociais da bacia do Tapajós. Não aceitam que este belo e rico rio seja destruído para gerar energia elétrica suja para a região. E vão resistir, a ação política religiosa ocorrida em novembro passado foi um sinal. Muitos que não puderam estar lá ouviram falar e desejaram se engajar na defesa da vida do rio e dos povos.

Para 2015, enquanto a Eletrobrás pensa em acordos espúrios para realizar leilão de construção da barragem, os movimentos sociais organizam uma estratégia de resistência que começará com um grande ato público de sensibilização e resistência no próximo dia 22 de março, dia internacional das águas. Será um ato público em cadeia em seis cidades tapajônicas: Itaituba, Jacareacanga, Trairão, Rurópolis, Aveiro, Belterra e Santarém. Os movimentos sociais com apoio da Igreja, vão lotar praças e ruas das cidades ao mesmo tempo, com cobertura dos meios de comunicação social. O grito será forte de união de consciências a dizer “Este rio é nossa vida, fora hidroelétricas assassinas!” Os e as defensoras do rio Tapajós querem fazer seu grito chegar aos ouvidos da presidente Dilma, a dizer que ela, pelo fato de ser presidente da república não tem direito de impor hidroelétricas na Amazônia, sem escutar e respeitar os povos que aqui vivem.

Mas não será apenas mais uma ação de ruas e praças. A resistência continuará com novas ações durante o ano. É preciso que os e as brasileiras do nordeste e do sul do Brasil se unam aos povos do Tapajós, a fim de barrar esses projetos destruidores das vidas para gerar mercadoria energética. Se a presidente pediu apoio e votos dos povos indígenas e dos movimentos sociais para ser eleita, agora é hora de honrar sua palavra e escutar o grito dos povos que tem direitos de vida e dignidade, como tem as empresas de buscar seus lucros. O Tapajós é nossa vida.



Unir reserva vagas para indígenas ingressarem em curso superior em atendimento a recomendação do MPF

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.01.2015

A reserva de cotas especificamente para indígenas foi feita em atendimento a recomendação expedida pelo Ministério Público Federal em Rondônia



MPF/RO

A Universidade Federal de Rondônia (Unir) alterou edital para ingresso de indígenas em cursos superiores da Instituição em atendimento a recomendação expedida pelo Ministério Público Federal (MPF) em Rondônia, em meados de 2014. Indígenas podem se inscrever até 21 de janeiro, no portal da Unir, e concorrer tanto na modalidade de ampla concorrência quanto na de cotas, de acordo com a Lei Federal nº 12.711, de 2012.

De acordo com o MPF, quase nenhum indígena ingressou na Unir nos últimos dois vestibulares, pois eles disputavam as vagas reservadas para minorias étnico-raciais com os candidatos pardos, mais numerosos e com menor nível de exclusão social. Para o MPF, a recomendação pode reverter o quadro atual e contribuir para que mais indígenas possam participar da política de ação afirmativa.

Na recomendação, o MPF pediu que sejam preenchidas primeiramente as vagas com ampla concorrência, inclusive por estudantes que se inscreveram no sistema de vagas reservadas, para, somente após esgotadas as vagas do sistema geral, passar ao preenchimento das vagas reservadas. Com o novo edital, são reservadas vagas especificamente para cada grupo étnico-racial. Dessa forma, cada candidato concorrerá com os demais candidatos do mesmo grupo.

Conhecimento tradicional já não é suficiente, diz líder indígena de Roraima
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 21.01.2015



Lideranças indígenas se reuniram com o novo Secretário do Índio do governo de Roraima, o também indígena Ozélio Messias. Os caciques discutiram a atual situação das comunidades indígenas do Estado de Roraima. No total, 12 líderes de organizações, associações e cooperativas participaram do encontro que ocorreu na tarde da última quinta-feira (15), na Secretaria de Estado do Índio (SEA).

De acordo com o secretário, atualmente, a baixa capacidade de produção de alimentos pelas comunidades é a maior dificuldade enfrentada pelos índios dentro das terras indígenas. Segundo Ozélio Messias, o índio conseguiu acompanhar o desenvolvimento de áreas como educação e saúde, mas a agricultura ficou defasada. "Hoje o índio faz uma faculdade e se torna médico, professor, mas não tem conhecimento de como produzir o alimento", relatou.

Para Messias, o conhecimento tradicional não supre mais a necessidade de produção de alimentos dos povos indígenas de Roraima. Os indígenas precisam de novos conhecimentos, técnicas de adubação e como eliminar pragas que afetam a produção. "Hoje a gente precisa ter o conhecimento tradicional junto com o conhecimento tecnológico. É preciso aproximar os dois", diz Messias.

O Secretário afirma que sua pasta preparará os índios de Roraima para a produção agrícola dentro da realidade das terras indígenas, pois não tem condição de retirá-los das comunidades e colocá-los na sala de aula. "Na Embrapa é tudo muito fácil porque eles têm o agrônomo, técnico e auxiliar. Mas esse método não funciona nas comunidades. É preciso qualificar nas áreas", contou ao Portal Amazônia.

Ainda de acordo com o secretário, o principal motivo pelo qual o índio deixa as terras indígenas demarcadas em busca de melhores condições de vida nas cidades é a dificuldade de produção de alimentos nas reservas. "O motivo de centenas de índios trocarem suas comunidades pela capital em busca de uma vida melhor é a falta de incentivo do setor produtivo", diz Ozélio.

De acordo com Messias, ainda este ano, os índios produtores irão receber cursos de capacitação agropecuária e insumos, para iniciarem a produção de frutas e grãos. A pecuária também é explorada por alguns indígenas que moram no norte de Roraima, na região da terra indígena Raposa Serra do Sol e a pasta pretende contribuir com o desenvolvimento do setor, declarou o secretário.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 11/ 2015

Brasília, 21 de janeiro de 2015.

Ozélio Messias conta que técnicos da Secretaria de Estado do Índio trabalham para implantar o "Projeto Gado Novo". A proposta do programa visa aumentar o rebanho de gado nas comunidades indígenas até o final de 2015. Atualmente, os índios pecuaristas de Roraima criam um rebanho de 65 mil cabeças. Messias afirma que é preciso melhorar o rebanho.



Unir reserva vagas para indígenas ingressarem em curso superior

SÍTIO RONDÔNIA AGORA, 21.01.2015

A Universidade Federal de Rondônia (Unir) alterou edital para ingresso de indígenas em cursos superiores da Instituição em atendimento a recomendação expedida pelo Ministério Público Federal (MPF) em Rondônia, em meados de 2014. Indígenas podem se inscrever até 21 de janeiro, no portal da Unir, e concorrer tanto na modalidade de ampla concorrência quanto na de cotas, de acordo com a Lei Federal nº 12.711, de 2012.

De acordo com o MPF, quase nenhum indígena ingressou na Unir nos últimos dois vestibulares, pois eles disputavam as vagas reservadas para minorias étnico-raciais com os candidatos pardos, mais numerosos e com menor nível de exclusão social. Para o MPF, a recomendação pode reverter o quadro atual e contribuir para que mais indígenas possam participar da política de ação afirmativa.

Na recomendação, o MPF pediu que sejam preenchidas primeiramente as vagas com ampla concorrência, inclusive por estudantes que se inscreveram no sistema de vagas reservadas, para, somente após esgotadas as vagas do sistema geral, passar ao preenchimento das vagas reservadas. Com o novo edital, são reservadas vagas especificamente para cada grupo étnico-racial. Dessa forma, cada candidato concorrerá com os demais candidatos do mesmo grupo.

Fonte: RONDONIAGORA

Autor: RONDONIAGORA

Indígenas usam tecnologia para preservar a floresta

SÍTIO EM RONDÔNIA.COM, 21.01.2015

A Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí vai promover uma oficina com representantes do Google de São Francisco (EUA) entre os dias 20 e 22 de janeiro.



Rondônia, Pará, Amazonas e Mato Grosso: vigilância

Indígenas de 30 etnias de Rondônia, Pará, Mato Grosso e Amazonas reunidos em Cacoal avançam na defesa de seus territórios com o uso de tecnologia. O encontro Tecnologias da Informação e Comunicação para Gestão de Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia segue até quinta (22), com a presença de representantes da empresa de tecnologia Google, dos Estados Unidos.

O objetivo principal do encontro é apresentar para as outras etnias indígenas, a parceria que o povo Paíter Suruí e o Google mantêm desde 2007 e apresentar resultados das experiências vividas pelos indígenas.

A parceria entre os indígenas da etnia Paíter Suruí e o Google começou quando o líder maior desse povo procurou a empresa em 2007. Ao conhecer, por acaso, o Google Earth, Almir entendeu que esta seria uma ferramenta útil para monitorar o desmatamento de sua floresta. Foi com este pensamento que Almir Suruí procurou o Google e propôs para a coordenadora do Google Earth, Rebecca Moore, uma troca: o Google forneceria aos Paíter Suruis a tecnologia para ser utilizada a favor da floresta e em contrapartida os indígenas forneceriam ao Google o conhecimento da floresta.

“O chefe Almir não veio apenas com desafios para o Google, ele nos trouxe ideias concretas para uma parceria. Mostrou-nos, através da nossa própria ferramenta, que o Google Earth só tinha informações das grandes cidades, dos grandes centros. Não havia informação sobre essa parte da região amazônica (ocidental), parecia que ninguém morava ali, que os Suruís não existiam, e o Almir nos propôs reverter isso”, destacou Rebecca.

Segundo Almir, quando a equipe do Google viu por satélite imagens da floresta preservada, mas cercada pelo desmatamento, impressionou-se. Na oportunidade, ele desafiou: “Vocês podem entender tudo de tecnologia, mas não entendem nada de floresta, por isso nós ensinamos vocês sobre as florestas e vocês nos ajudam a proteger as florestas com tecnologia”.

CONT.

População menor e desmatamento

Para Rebecca, conhecer a realidade Suruí, foi determinante para que a parceria fosse concretizada. "Almir nos ensinou toda a história do povo Suruí", contou. Referiu-se, por exemplo, à redução da população de cinco mil para trezentos indígenas; de como suas florestas estavam sendo desmatadas. Ele nos falou sobre a necessidade de controlar o desmatamento ilegal para ajudar a preservar sua terra e seu povo, por meio da tecnologia, do monitoramento e foi daí que surgiu a parceria".

Almir falou dos primeiros passos a serem dados para que a parceria desse certo. Segundo ele, a primeira atitude foi ensinar ao seu povo o que é tecnologia, para que serve, como usar e saber usar. "O primeiro passo foi ensinar ao nosso povo que tecnologia é bom, mas tem perigos. Compreender a tecnologia foi o primeiro passo para o bem comum do nosso povo".



Novas parcerias

O encontro em Cacoal permite ao Google conhecer e conferir os resultados dos primeiros anos desta parceria com os Suruís, e permite também apresentar aos indígenas de outras etnias, convidados para o encontro, a experiência dos Suruís. Com todas estas informações sendo discutidas, se torna possível traçar planos para estender a parceria do Google com outras etnias.

CONT.



“Gostaríamos de estender esta experiência para todos os povos indígenas que querem proteger seu povo com a ajuda da tecnologia. Mas nós não queríamos estender sem que antes pudéssemos ver os resultados desta experiência com os Suruí e este encontro é justamente para isso. Para discutirmos todo o projeto e traçar metas para expandi-lo”, explicou Rebecca.

De acordo com a coordenadora do Google Earth, o objetivo é construir um plano de como integrar o máximo possível, dentro de todos os fatores limitantes que existem. “Por isso a importância deste encontro, para compartilharmos experiências, conhecimento”.

Ao falar com os indígenas presentes ao encontro em Cacoal, Almir destacou os avanços que a parceria com o Google trouxe para o bem do meio ambiente. “Nós temos esta parceria, de uma nova visão, para que a tecnologia seja utilizada para o bem de nós, seres humanos. Esse trabalho tem significado o sucesso, o avanço de um povo. Cuidar da nossa terra, do nosso meio ambiente é a nossa missão”, declarou Almir.

Rebecca ressaltou a grandiosidade do projeto. “Tem sido uma honra trabalhar com eles nestes sete anos e acompanhar o sucesso deste trabalho. Estamos aqui para aprender sobre essas conquistas e para escutar as demandas, as ideias dos Suruí. Eles constituem um povo pequeno, em número, mas estão sendo vistos e acompanhados pelo mundo inteiro, através desta parceria”.

Lideranças indígenas destacam estreitamento de relações

SÍTIO CENÁRIO MT, 21.01.2015



José Medeiros/Secom-MT

Lideranças das etnias Xavante, Kayapó, Pareci e Mutina se reuniram nesta terça-feira (20.01) com o governador Pedro Taques, no Palácio Paiaguás, e apresentaram quatro demandas emergenciais ligadas, principalmente, à infraestrutura. Um cronograma de reuniões individuais com cada etnia foi proposto pelo governador, para receber as solicitações específicas de cada grupo. Os líderes destacaram a importância desse estreitamento na relação entre poder executivo e a comunidade indígena, ainda mais no início de gestão.

Representando toda a comunidade indígena do estado, o cacique Raoni Metuktire demandou a recuperação da rodovia MT-322 – antiga BR-080 – que atravessa o Parque Nacional do Xingu e faz a ligação das rodovias federais 158 e 163. O pedido também compreende a doação de nova balsa para a travessia do Rio Xingu, no ponto em que o rio corta a estrada.

Como o pedido da balsa já tinha sido feito em abril de 2013, Taques afirmou que vai levantar em que fase está essa solicitação, o que está pendente nesse processo, para então dar uma resposta concreta às lideranças. Já a demanda pela recuperação da estrada será encaminhada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra). “Vamos pedir para o secretário receber a comunidade lá na secretaria”, determinou o chefe do executivo.

Os líderes debateram ainda a indicação de um representante indígena para compor a Superintendência de Assuntos Indígenas, ligada à Casa Civil. Durante a reunião ficou acordado que, à medida que o governador se reunir individualmente com cada etnia, será indicado um nome por grupo e, ao final, será escolhido um representante único para toda comunidade. A preocupação no chefe do executivo é chegar a um nome que seja consenso entre os povos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 11/ 2015

Brasília, 21 de janeiro de 2015.

Por fim, Raoni pediu apoio do Governo do Estado para as demarcações de terras indígenas. De acordo com o governador, na segunda-feira (19.01) foi solicitado à Procuradoria Geral do Estado (PGE) que encaminhe um ofício ao Ministério da Justiça para que o Estado possa saber “todas as formas de demarcação que existem em Mato Grosso para que tenhamos esse quadro e possamos trabalhar cada um dos casos”, informou Taques.



População indígena na Bahia cria rádio para valorizar cultura local

SÍTIO PORTAL IMPRENSA, 21.01.2015

Redação Portal IMPRENSA

A tribo Tupinambá da Bahia terá em breve um importante canal de comunicação para divulgar suas tradições, saberes e cultura. Segundo a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), os índios terão uma emissora de rádio que leva o nome de sua tribo.

O veículo em parceria com Secretaria de Cultura da Bahia vai funcionar em Olivença (BA) mas a ideia é que ela se torne itinerante, ou seja, que a rádio possa visitar outras aldeias trazendo um pouco da realidade local de seus habitantes.

Em entrevista à EBC, Jaborandy Tupinambá, articulador do projeto, explicou que serão realizadas oficinas de produção de conteúdo para que os indígenas possam dar continuidade à iniciativa. "A expectativa é muito alta porque a gente sabe que aqui no extremo sul da Bahia o acesso às emissoras de TV e rádio convencionais é muito difícil para a gente estar contando a nossa história, a nossa realidade. Essa rádio chega muito forte para apoiar a nossa luta e poder dar continuidade à nossa história", destacou.



Defensores públicos fazem mutirão para orientar atingidos por Belo Monte

SÍTIO PORTAL EBC, 21.01.2015

Graziele Bezerra

Defensores públicos federais chegam a Altamira, no norte do Pará, para atender moradores atingidos pelas obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

A primeira reunião com a população acontece na tarde desta quarta-feira (22).

São seis profissionais que vão dar assistência jurídica a cerca de nove mil famílias – 600 delas indígenas - que terão que deixar suas casas para dar lugar à instalação de um reservatório de água da usina.

O auxiliar de controle e manutenção Pedro dos Anjos mora numa região que será alagada. Por isso, ele e outras dez pessoas que vivem na mesma casa terão que se mudar, mas ele não abre mão de ser bem instalado.

Sem condições de pagar um advogado para contestar as propostas oferecidas pela Norte Energia, concessionária responsável pela construção da Usina, Pedro diz que vai recorrer aos defensores.

A ação itinerante dos defensores públicos segue até 12 de fevereiro.

AGU em Roraima pede à Justiça retirada de índios Yanomami da Sesai
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 21.01.2015

*'Ocupação da Sesai é ilegal', diz procurador-chefe da AGU no estado.
50 índios Yanomami que estão na Sesai afirmam acompanhar ação.*



Indígenas Yanomami ocupam o prédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Foto: Emily Costa/ G1 RR)

A Advocacia Geral da União em Roraima (AGU) entrou nesta quarta-feira (21) com ação na Justiça Federal solicitando a reintegração de posse da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), no Centro de Boa Vista. O objetivo do pedido é retirar os 50 índios Yanomami que ocupam o prédio da Sesai desde a segunda-feira (19).

Ao G1, o indígena Anselmo Yanomami, um dos líderes do movimento, afirmou que está acompanhando o andamento da ação, mas reiterou que "a manifestação na Secretaria ocorre em prol de todos os indígenas que sofrem com a precariedade da Saúde na Terra Indígena Yanomami [TIY]".

Conforme o procurador-chefe da AGU de Roraima, Francisco Vilerbaldo Albuquerque, a ação de reintegração de posse foi ajuizada com pedido de liminar. Ele alegou que a ocupação do prédio

CONT.



é considerada ilegal e "predudica os próprios indígenas".

"Nessas condições, os servidores da Sesai não conseguem atuar. Qualquer invasão de prédio público é ilegal. Além disso, essa ocupação deles só causa prejuízo a eles mesmos e é motivada por questões pessoais. Por isso, tivemos de buscar as vias judiciais para resolver a situação", disse Albuquerque.

Por conta da ocupação, os servidores da Sesai deixaram o prédio nesta terça. Ao G1, eles disseram que foram avisados sobre um possível ato de reinteração de posse.

"Avisaram que a Polícia Federal estava a caminho e viria para retirar os índios. Por isso, todos nós deixamos o prédio", informou uma servidora que preferiu não se identificar.

A reportagem tentou contato com a assessoria de comunicação da Polícia Federal, mas as ligações não foram atendidas.

Ocupação

Cerca de 50 indígenas da etnia Yanomami invadiram na manhã da segunda-feira (19) o prédio da Sesai. Armados com arcos, flechas e pedaços de madeira, os indígenas cobram a saída da coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (Dsei-Y). Eles afirmam que só deixarão o prédio quando a servidora for exonerada.

A reportagem entrou em contato com a assessoria de comunicação do Ministério da Saúde e aguarda retorno.

Hutukara

Por telefone, um membro da Hutukara Associação Yanomami, Maurício Yekuana, reiterou que o grupo não apoia a manifestação.



Ministro da Pesca vai lançar plano de sanidade aquícola no MT

SÍTIO PORTAL BRASIL, 21.01.2015

Além disso, Helder Barbalho irá ao estado para conhecer os projetos de aquicultura de grande alcance econômico e social

Na terça-feira (20), o ministro Helder Barbalho recepcionou em seu gabinete, em Brasília, o senador eleito Wellington Fagundes, do estado do Mato Grosso.

Na oportunidade foi discutida a ida do ministro Helder ao estado para conhecer os projetos de aquicultura de grande alcance econômico e social.

Durante a visita ao estado, o ministro também irá lançar o Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos de Cultivo – Aquicultura com Sanidade, e conhecer projetos empresariais.

“Em Mato Grosso temos a maior produção de aquicultura do Brasil, mas possuímos condição de quintuplicar a produção em curto prazo”, assegurou o senador.

A visita ficou programada para o início de fevereiro. O ministro visitará municípios da Bacia do Alto Paraguai, como Norterlândia e Alto Paraguai, bem como Sorriso e Campo Verde.

Como parte da programação será visitado, com sobrevoo, o reservatório de Manso, que possui mais de 40 mil hectares de lâmina d’água aproveitáveis para a aquicultura.

Wellington Fagundes ressaltou a importância da contribuição do MPA para o desenvolvimento da atividade no estado, que beneficiará o pequeno, o médio e o grande produtor. Apenas um dos projetos no estado ultrapassa os mil hectares de lâmina d’água.

Espírito Santo

Também na terça-feira (20), o ministro da Pesca se reuniu com o deputado federal pelo Espírito Santo Lelo Coimbra para tratar das demandas do setor pesqueiro e aquícola do estado.

Segundo o deputado, “o Espírito Santo tem uma relevância tanto na pesca artesanal quanto na pesca profissional, e será importante que o MPA tenha uma atuação mais robusta para atender aquilo que os profissionais da pesca necessitam em nosso estado”.

Autoridades ligadas ao setor pesqueiro

Em seu gabinete, na terça-feira, Barbalho recebeu os parlamentares José Guimarães, Paulo Rocha e os ex-ministros da Pesca e Aquicultura, José Fristch e Luiz Sérgio.

CONT.



Na ocasião, todos os presentes deram as boas vindas ao ministro e o parabenizaram pelo cargo. A agenda tratou de assuntos relacionados ao desenvolvimento da pesca no país.

“Nossa vinda aqui foi nesse sentido. De como podemos contribuir para alavancar as políticas do ministério e desenvolver o setor”, ressaltou o senador Paulo Rocha.

“O Ministério da Pesca tem um enorme desafio, que é modernizar a pesca e fazê-la alavancar como atividade econômica no país”, finalizou Luiz Sérgio.

Pará

Por fim, Helder recebeu o ex-prefeito do município de Óbidos no Pará, Jaime Silva e o deputado pelo estado Lira Maia. Na pauta da agenda, foram discutidos assuntos relativos à pesca no estado do Pará, e a preocupação com a grande demanda que a região requer.

“Nos temos muitos pescadores artesanais e reivindicamos uma representação ainda maior do Ministério da Pesca no estado, para que ele possa se desenvolver ainda mais” disse Maia.

O estado do Pará é um dos maiores produtores de pescado do país. Segundo Jaime, “cerca de 30% da população de Óbidos vive da pesca artesanal, e no restante do estado não é diferente: a pesca é o motor que movimenta toda a região e merece atenção”.

O ministro demonstrou todo seu apoio e ressaltou que o desenvolvimento sustentável da região, aliada a geração de emprego e renda é a maior preocupação do ministério.

Fonte: Ministério da Pesca e Aquicultura.



Boletim de Notícias - Edição nº 11/ 2015

Brasília, 21 de janeiro de 2015.

“Fortalecer a nossa união, cultura, direito e autonomia”, tema da 44ª Assembleia Geral os Povos Indígenas de Roraima de 2015
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.01.2015



Conselho Indígena de Roraima – CIR

Com o tema definido na segunda reunião ampliada do Conselho Indígena de Roraima (CIR), realizada em dezembro do ano passado, na sede da organização em Boa Vista, os povos indígenas de Roraima se preparam para a 44ª Assembleia Geral, que esse ano vem com o tema “Fortalecer a nossa união, cultura, direito e autonomia.”

Essa primeira atividade coletiva dos povos indígenas será no período de 10 a 15 de março, no Centro Regional Lago Caracaranã, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, município de Normandia. De acordo com a programação, o dia 10 será a chegada dos participantes e dia 15, o retorno.

Conforme a pauta definida pelas lideranças indígenas, a Assembleia vai abordar temas sobre políticas públicas e gênero, no contexto da juventude e mulheres indígenas, etnodesenvolvimento, questão fundiária, gestão territorial e ambiental, saúde e educação indígena. Um dos momentos propostos, para esse ano, será o “diálogo com as lideranças tradicionais”, que irá marcar o encontro das lideranças indígenas que fazem parte do histórico de luta e conquista dos povos indígenas de Roraima, logo no primeiro dia da Assembleia.

CONT.



Serão convidadas para o evento, órgãos públicos (local e nacional), organizações indígenas e entidades parceiras que atuam nas questões indígenas. Entre as instituições, a Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Polícia Federal (PF), Ministério Público Federal (MPF), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), Instituto Federal de Roraima (IFRR), Universidade Federal de Roraima (UFRR), além de representantes políticos do poder executivo e legislativo.

Quanto à participação das entidades parceiras e de apoio ao movimento indígena, serão convidados os representantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Instituto Socioambiental (ISA) e demais entidades que atuam em defesa dos direitos indígenas.

Assembleia Geral desse ano, 2015, também será um momento eletivo para coordenação geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR), onde é composto pelos cargos de coordenador geral, vice-coordenador e secretaria do movimento de mulheres indígenas.

Para concorrer à coordenação geral, foram indicados novamente os atuais coordenadores, Mario Nicacio, do povo Wapichana, da comunidade indígena Pium, da Terra Indígena Manoá-Pium, Ivaldo André, do povo Macuxi, da comunidade indígena Maturuca, Terra Indígena Raposa Serra do Sol e uma nova indicação, Walter de Oliveira, da comunidade indígena São Miguel da Cachoeira, região do Surumu, Terra Indígena São Marcos. Na Secretaria do Movimento de Mulheres Indígenas concorrem as mulheres indicadas, Telma Marques, do povo Taurepang, da comunidade indígena Guariba, Terra Indígena Araçá, Tereza Pereira de Sousa, do povo Macuxi, da comunidade indígena Maturuca e Ázila Oliveira, do povo Macuxi, da comunidade indígena Guariba, região da Raposa, ambas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Os candidatos foram indicados pelas regiões e aprovados na reunião ampliada. Uma comissão eleitoral também foi criada para acompanhar o processo eleitoral, desde o período de votação que acontece nas comunidades indígenas, votação aberta, até o pronunciamento da coordenação eleita para assumir a coordenação do Conselho Indígena de Roraima no mandato de dois anos.

O CIR, também se prepara com equipe de apoio, funcionários e demais colaboradores para receber mais de mil participantes, entre tuxauas, coordenadores regionais, agente indígena de saúde, professores, agentes territoriais e ambientais indígenas, mulheres, jovens e demais convidados.

Para mais informações, através dos contatos: (95) 3224-5761/ cir_2012@yahoo.com.br.

Foto: Assembleia Geral de 2014, no Centro Regional Caracaranã, TI Raposa Serra do Sol (Mayra Wapichana- CIR).



Boletim de Notícias - Edição nº 11/ 2015

Brasília, 21 de janeiro de 2015.

Pesquisador alerta para a mortandade de toneladas de peixes na UHE Teles Pires
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.01.2015

Fotos revelam que supressão vegetal foi feita 'pela metade' na represa da UHE Teles Pires



Alexandre Alves, Olhar Direto

Milhares de peixes morrerão no lago da Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) Teles Pires, no município de Paranaíta (860km ao Norte de Cuiabá), devido à supressão vegetal (retirada da biomassa na área a ser alagada) não ter sido feita corretamente. O alerta é do biólogo e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) Philip Fearnside.

“Com a estratificação da água no lago, com muito material verde se decompondo, a morte de peixes será inevitável. Os peixes são sensíveis à falta de oxigênio, que é o que ocorrerá com a água desse represamento”, falou Fearnside, em entrevista por telefone ao Olhar Direto.

A reportagem sobrevoou a usina neste domingo à tarde e constatou ([conforme as imagens](#)) que não foi feita a completa retirada de árvores e galhadas derrubadas nas áreas impactadas pelo represamento. Em alguns trechos, nota-se, inclusive, que a inundação está atingindo floresta em pé – denunciando que o serviço foi feito ‘pela metade’.

CONT.



O pesquisador Philip, que acompanha os impactos ambientais da UHE Teles Pires desde o seu licenciamento, estima que mais de 50% da biomassa não foi retirada. "A usina não cumpriu as condicionantes ambientais. E do ponto de vista da empresa, ela foi autorizada pelo Ibama a encher o lago e fez isso o mais rápido possível", comentou Fearnside, que também é membro da Academia Brasileira de Ciências.

Em um artigo publicado no dia 12 de janeiro de 2015 no portal Amazônia Real, o biólogo aponta que um parecer do Ibama relata os resultados de simulações realizadas pelos proponentes, indicando que, após o enchimento, com exceção do período de maior vazão (janeiro, fevereiro e março), a água seria estratificada e essencialmente sem oxigênio em todas as partes do lago analisadas. "O parecer do Ibama recomenda que a empresa hidrelétrica escolha locais apropriados para cavar valas para enterrar grandes quantidades de peixes mortos", pontua o pesquisador.

A Licença de Operação (LO) foi expedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente no dia 19 de novembro de 2014. Desde então, a UHE Teles Pires ficou livre para fazer o enchimento do lago. E isso foi feito rapidamente. Ontem (18 de janeiro), em um voo sobre a usina, já foi possível constatar que a represa está praticamente cheia, com seu vertedouro eliminando a água excedente.

Para o pesquisador, o que está sendo feito nas usinas em território amazônico, como a Teles Pires, em Mato Grosso, e a Belo Monte, no Pará, "mancham ainda mais a imagem do Brasil perante a comunidade internacional".

Outro lado.

Olhar Direto entrou em contato nesta segunda-feira de manhã com a assessoria de comunicação da UHE Teles Pires, que respondeu no final da tarde informando estar contactando os diretores de meio ambiente da usina para se posicionarem sobre o assunto.

A usina foi construída com custo de R\$ 2,4 bilhões, financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Após entrar em completa operação com todas as turbinas, terá capacidade instalada de 1820 megawatts.

Fotos: Alexandre Alves – Olhar Direto.



Boletim de Notícias - Edição nº 11/ 2015

Brasília, 21 de janeiro de 2015.

Reinaldo autoriza construção de casas para quilombolas

SÍTIO DOURADOS AGORA, 21.01.2015

O governador Reinaldo Azambuja assinou hoje o contrato para a construção de 23 unidades habitacionais que vão beneficiar a Comunidade Quilombola São Miguel, localizada em Maracaju. A solenidade ocorreu durante a abertura oficial do Showtec 2015.

O convênio do Programa Nacional de Habitação Rural será firmado com o superintendente regional da Caixa Econômica Federal em Mato Grosso do Sul, Paulo Antunes de Siqueira.

Com investimento total de R\$ 724,5 mil, sendo R\$ 46 mil de contrapartida estadual, cada casa popular terá 44,54m² distribuídos em dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço coberta. (Noticias MS)



TJPB propõe parcerias com Entidades para garantir proteção e direitos à criança e ao adolescente

SÍTIO PARAÍBA.COM, 21.01.2015

O Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio da coordenadoria da Infância e Juventude, recebeu na tarde dessa terça-feira (20) representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), a assistente social Célia da Silva, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), Maria Madalena Dias e Luciana Nepomuceno, e do Ministério Público da Paraíba (MPPB), a promotora Soraya Escorel, para propor convênio com esses órgãos fortalecendo parceria com todos os agentes que atuam na proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Os agentes públicos discutiram o teor do convênio, que será assinado no dia 23 de fevereiro. O documento contará também com a presença de um representante da Universidade Federal da Paraíba. O TJPB pretende desenvolver com mais segurança e desenvoltura ações em prol da justiça infanto-juvenil.

Na ocasião, o juiz Adhailton Lacet, coordenador da Infância e Juventude, ressaltou a importância dessas parcerias. "Sem a participação desses órgãos envolvidos nas ações protetivas dos menores, não tem como o Tribunal de Justiça atuar sozinho", enfatizou o magistrado.

De acordo com o teor do Termo de Convênio, o Tribunal de Justiça da Paraíba, através das varas da Infância e Juventude, será responsável pela realização de cursos de preparação para pretendentes em adoção e, também, atuará junto a comunidades indígenas, remanescentes quilombolas e demais etnias.

Assessoria.

Indígena é suspeito de matar a própria mulher e ferir bebê no Tocantins

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 21.01.2015

*Criança de apenas sete meses levou uma facada na mão.
Crime aconteceu em Tocantinópolis, no norte do estado.*



Indígena disse aos policiais que não lembrava o que aconteceu (Foto: Divulgação/PM-TO)

Um indígena foi preso em flagrante na madrugada desta quarta-feira (21), suspeito de assassinar a própria mulher com um golpe de faca e ainda ferir uma bebê de sete meses, filha do casal. O crime aconteceu na aldeia Cipozal, de etnia apinajé, em Tocantinópolis, no extremo norte do estado.

Segundo a Polícia Militar, testemunhas relataram que o suspeito, José Patrício Dias, de 49 anos, chegou a decepar dois dedos da filha com a mesma facada que matou a mulher dele, Brandina Panhkhé Carvalho Apinajé, de 39 anos.

Um funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai) foi quem informou a polícia sobre caso. Conforme a corporação, os militares encontraram a vítima deitada no chão na parte dos fundos da casa, com uma perfuração na altura do tórax. José estava ao lado do corpo e a filha do casal já havia sido socorrida pelos próprios indígenas.

Questionado pelos militares sobre o crime, o suspeito não negou e nem confirmou ser o autor do assassinato, apenas alegou que não se lembrava de nada do que havia acontecido. José e as testemunhas foram levados para a Delegacia de Polícia Civil de Tocantinópolis, onde prestaram depoimento.

O G1 tentou contato com a PC do município para saber se o suspeito foi autuado pelo homicídio e se continua preso, mas até as 17h15 desta quarta-feira nossas ligações não foram atendidas.